

O tema do STF de número 71 trata sobre a a Exigência de reserva de plenário para as situações de nãoaplicação do art da Lei n que revogou a isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços b Necessidade de lei complementar para a revogação da isenção da COFINS para as sociedades prestadoras de serviços O tema do STF de número 71 afirma que É legítima a revogação da isenção estabelecida no art II da Lei Complementar pelo art da Lei dado que a LC é apenas formalmente complementar mas materialmente ordinária com relação aos dispositivos concernentes à contribuição social por ela instituída